



ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER JURÍDICO Nº 008/2025

Assunto: PROJETO DE LEI Nº 015/2025

Autoria: Ver. Edson da Silva

Senhor Presidente,

**1. DO RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Ver. Edson da Silva, que institui e a comenda Dia do Professor, no âmbito da Câmara Municipal de Diamantino.

A justificativa apresentada foi a seguinte:

*"O Dia do Professor é comemorado no Brasil em 15 de outubro. A data celebra a importância dos profissionais da educação que auxiliam na formação de diversas pessoas. O Projeto de Lei, ora apresentado à Vossas Excelências, tem por objetivo instituir a comemoração alusiva ao dia do professor, no âmbito da Câmara Municipal de Diamantino, a fim de prestar o devido reconhecimento aqueles que dedicam suas vidas à educação. Por tais razões, contamos com a compreensão dos pares e submetemos o presente Projeto de Lei a apreciação, votação e aprovação de Vossas Excelências."*

É o relatório.

**2. DA FUNDAMENTAÇÃO**

Quanto à competência legislativa, denota-se que o art. 30, I e II, da Constituição Federal atribuiu aos Municípios a competência para legislar acerca de matéria de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber.

Não se trata de matéria afeta à iniciativa privativa do Prefeito Municipal, estampadas no art. 36 da Lei Orgânica, de sorte que não há vício de iniciativa, visando instituir a comemoração alusiva ao dia do Professor, homenageando os professores indicados pelos vereadores.

Considerando que há possível criação/expansão de despesa é imperioso que se observe as disposições do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, de modo que o projeto deverá ser instruído com estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes e da declaração do ordenador da despesa de



**ASSESSORIA JURÍDICA**

que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias

Assim sendo, esta Assessoria Jurídica não vislumbra qualquer vício de constitucionalidade e/ou legalidade, desde que observa a LRF.

**3. CONCLUSÃO**

Em razão do Exposto, opina-se pelo prosseguimento do processo legislativo referente ao Projeto de Lei nº 015/2025, de autoria do Vereador Edson da Silva.

**Considerando que há a possibilidade de criação/expansão de despesa se faz necessária a complementação do Projeto com a juntada da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes e da declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, nos termos do art. 16, da Lei de Responsabilidade Fiscal.**

Salienta-se que o Projeto de Lei em epígrafe deverá ser encaminhado às Comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Saúde e Assistência Social para que seus membros elaborem os respectivos pareceres.

Por fim, ressalta-se que a emissão de parecer por esta Assessoria Jurídica não substitui o parecer das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento.

A opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

**Assessoria Jurídica, 06 de março de 2025.**

ALINE SIMONY STELLA Assinado de forma digital por ALINE  
SIMONY STELLA  
Dados: 2025.03.06 19:16:15 -04'00'

**Aline Simony Stella**

**OAB/MT 16.673/O**